

# RESENHA

## UM OUTRO VIÉS

Resenha de *The Geographical Tradition: episodes in the history of a contested enterprise*, de David N. Livingstone. Blackwell Publishing, 1992.

*The Geographical Tradition: episodes in the history of a contested enterprise*, de David N. Livingstone, foi publicado pela primeira vez em 1992 em sua língua original, o inglês. No momento em que escrevo, setembro de 2009, não conheço nenhuma resenha sobre ele em português.

É verdade que os periódicos geográficos brasileiros não possuem o hábito de publicar resenhas. Infelizmente. De todo modo, penso haver uma razão a mais que explique um quase que completo silêncio acerca do livro em tela: a influência da geografia francesa entre nós. Ainda que superficialmente, conhecemos Paul Vidal de la Blache, Max Sorre, Pierre George, Paul Claval, Yves Lacoste. Todavia, pouco ou quase nada sabemos sobre Richard Hartshorne, Carl Sauer, Richard Peet, Derek Gregory, Anne Buttimer. O inglês é a língua hegemônica da ciência; porém, nosso contato com a produção geográfica anglo-saxã é assaz rarefeito. Rejeição ao “imperialismo cultural” norte-americano ou adesão implícita ao eurocentrismo?

O livro de Livingstone é inovador. Em termos metodológicos, não pretende ser a história do pensamento geográfico nem tampouco servir de modelo. Pelo contrário, admite o viés anglo-saxônico e deseja ser apenas *um olhar* sobre tema tão complexo. Ou seja, ele abre o debate. Em termos de forma e conteúdo, foge do padrão de analisar a história do pensamento geográfico “entre correntes” que caracteriza trabalhos como *Filosofía y Ciencia en la Geografía Contemporánea* (1981), de Horacio Capel; *Histoire de la Pensée Géographique Française* (1998), de Paul Claval; e *Geografia e Modernidade* (1996), de Paulo César Gomes.

Só isso já bastaria para a recomendação da leitura de Livingstone como indispensável para os professores de Introdução à Geografia, Teorias da Geografia, Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia e disciplinas

afins. Contudo, ele vai além. Ao recorrer ao conhecimento e às práticas do Renascimento, da Revolução Científica e do Iluminismo e concluir não ser absurdo reconhecer a existência de uma *tradição geográfica* — e aqui a palavra “tradição” não significa de modo algum fixidez e imobilismo, mas sim algo que se transforma e se renova à luz do movimento social e histórico mantendo, entretanto, certos traços —, Livingstone situa a Geografia como algo crucial para o entendimento de um fenômeno mais amplo: a Modernidade. Não por acaso, traz para o centro de sua empreitada nomes como Bodin, Boyle, Kant, Montesquieu, Buffon, Herder, Darwin, Lamarck — lembrando um pouco o esforço do italiano Massimo Quaini em *A Construção da Geografia Humana* (1983) (obra não citada na bibliografia).

Talvez o maior mérito do autor tenha sido mostrar que, embora a institucionalização da Geografia date apenas do último quartel do século XIX, um conjunto vigoroso de conhecimento e prática geográficos foi essencial na construção e representação do mundo tal como o conhecemos hoje. O mundo moderno não pode ser entendido fora de ações como mapeamento, navegação interoceânica, descrição regional, levantamento de dados e localização de recursos naturais. Por sua vez, tais ações impulsionaram e foram impulsionadas pela Cartografia, Cosmografia, Topografia, Corografia, relatos de viagem e, também, por aquilo que já era conhecido sob a alcunha de Geografia. Vejamos alguns exemplos. Em 1559, William Cunningham publica *The Cosmographical Glasse, conteinyng the Pleasant Principles of Cosmographie, Geographie, Hydrographie or Navigation*. Em 1611, Bartholomäus Keckermann escreve *Systema Geographicum*. 1630 vê *A Briefe Introduction to Geography*, de William Pemble. Em 1650, Varenus aparece com *Geographia Generalis*. Isaac Watts redige *The First Principles of Astronomy and Geography* em 1726. Em 1789, Jedediah Morse surge com *The American Geography*...

Reproduzo tais títulos não de forma contraproducente, mas sim porque eles iluminam uma outra questão. Num congresso em Paris promovido pelo grupo “Epistemologia e História da Geografia” (EHGO) no segundo semestre de 2007, após a explanação de um palestrante sobre a exploração colonial francesa na África na primeira metade do século XIX, alguém perguntou se os responsáveis por atividades como descrição, mapeamento e produção de relatórios se consideravam geógrafos. Em outra explanação sobre a confecção de um determinado mapa da Argélia, o mesmo rapaz fez novamente a mesma pergunta. Os risos de alguns na platéia eram indisfarçáveis. Pedi a palavra e disse que compreendia a

interrogação do colega, mas não achava que aquela questão era a mais importante. O que me parecia crucial saber eram quais tipos de práticas continuavam a ocorrer *antes* e *depois* da institucionalização da Geografia na Universidade. Ainda que o tema da autoidentificação me parecesse relevante, cabal mesmo era reconhecer a intersecção entre os procedimentos da Escola Francesa de Geografia e dos seus “predecessores”.

Não tinha lido Livingstone e, pelo visto, quem levantara aquelas perguntas também não. Se acaso o tivéssemos feito, tudo teria sido mais fácil, na medida em que ele faz da institucionalização da Geografia um *processo* e não a *gênese* da ciência geográfica — tal como nos acostumamos a ver. Ora, o que devemos ter em mente é que o “surgimento” das modernas Ciências Humanas é algo recente. Em *As palavras e as coisas* (1966), Foucault já havia dito isso ao afirmar que o Homem era um dado novo na ordem do saber. Se a história da Ciência Moderna é a história da hegemonia do paradigma Cartesiano-Newtoniano, ou seja, da supremacia das Ciências Naturais e Exatas, nada mais “normal” (e aqui o uso do vocábulo não tem relação alguma com o sentido a ela concedido por Kuhn) que a institucionalização da Geografia tenha sido retardada — assim como aconteceu com a Sociologia, a Antropologia e mesmo com a História. Nesse sentido, nada mais normal também que, da Expansão Marítima e Comercial Européia ao século XIX, um volume substancioso tenha sido produzido e recolhido sob o nome de *Geografia*.

Em outras palavras, o encaminhamento que Livingstone dá ao tema não deixa dúvidas sobre a necessidade *histórica, social e epistemológica* da Geografia como uma ciência autônoma a ser ensinada nas Universidades. Resgatando um conceito caro a Fernand Braudel, poder-se-ia dizer que é quase uma história do pensamento geográfico edificada *na longa duração* onde — grosso modo —, ao invés das mudanças bruscas, as permanências é que são enfatizadas.

Talvez esse prisma nos ajude a entender com mais clareza em que consiste a “tradição geográfica”. De modo geral, o que ligaria a produção geográfica de nossos dias aos trabalhos identificados na página anterior? Podemos reconhecer, no mínimo, três aspectos: 1. representação cartográfica; 2. articulação escalar; 3. as relações homem-natureza.

Evidentemente, os mapas não são mais o resultado final da pesquisa geográfica e nem a linguagem geográfica *par excellence*, não dividimos mais um conhecimento específico sobre as regiões (a corografia) de um conhecimento geral sobre o mundo (geografia) e tampouco interpreta-se a

sociedade como algo determinado pelas coerções naturais. Todavia, não é fato que continuamos a utilizar mapas (renovados através dos SIG's), relacionar escalas (a polêmica local-global acesa pela Globalização, p.ex.) e analisar os múltiplos vínculos estabelecidos entre o homem e o meio (agora meio técnico-científico-informacional)?

Assim, a janela aberta pela *tradição geográfica* nos ajuda a compreender a história do pensamento geográfico de maneira menos abrupta. Mais que a oposição novo-velho que caracteriza a interpretação das “correntes geográficas” e a “evolução” da Geografia, evocar uma tradição geográfica significa observar que o processo de constituição de um campo de conhecimento é algo lento. Melhor dizendo, significa que ao considerarmos a história da geografia como tema de pesquisa, a noção de *mudança* precisa ser “desacelerada”. Acompanhar as críticas que os quantitativistas fizeram à geografia clássica e que os marxistas fizeram à fenomenologia e, de posse disso, tomar o pensamento geográfico a partir desse movimento pode ser uma armadilha, um círculo vicioso de interpretação que já está na hora de superarmos. Não por acaso, vivemos hoje um momento de revalorização e releitura dos trabalhos da Escola Francesa de Geografia, bem como uma renovação da Geografia Humanista sob novas bases — algo que uma leitura que enfatize apenas a “evolução” da geografia é incapaz de perceber.

Se o método de Livingstone representa algo original nos estudos de história do pensamento geográfico, outro ponto de destaque diz respeito ao fato de que, para ele, o neolamarckismo ocupa lugar central no âmbito das fundações da Geografia moderna. Além disso, explora de modo original como o discurso religioso estava articulado à Geografia para, em seguida, revelar a separação dos dois por intermédio do impacto das teorias da evolução e adaptação das espécies de Darwin e Lamarck. Esse é um tópico que parece um tanto quanto inexplorado por aqueles que estudam a história do pensamento geográfico na França, p.ex. Nesse sentido, o que ele chama de geografia pré-darwiniana — os vínculos entre ciência, religião e missão exploratória colonial — é assaz interessante e, dentre aquilo que tem sido escrito sobre história do pensamento geográfico, algo que pode ser considerado original.

Enfim, numa empreitada desse porte, é impossível não haver lacunas, passagens que mereciam um pouco mais de atenção. Nos dois últimos capítulos — “The regionalizing ritual” e “Statistics don't bleed” —, o autor parece não ter o mesmo fôlego de outrora. Ficam evidentes também as limitações por ter utilizado fontes essencialmente de língua inglesa, além de um excesso de descrição e dimensão panorâmica em algumas ocasiões.

Nada disso impede a leitura de uma obra que, com todos os méritos, merece ser chamada de “clássica”. Não há busca de heróis fundadores nem legitimação política deste ou daquele autor. O que existe é uma bela amostra de como conjugar epistemologia, história e sociedade.

Não é o que nós, geógrafos brasileiros, precisamos urgentemente aprender?

*(Guilherme Ribeiro)*